



# PARTE E

## ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

### Diretiva n.º 9/2013

#### Pagamento de compensações por centros eletroprodutores eólicos abrangidos pela aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de fevereiro

O Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de fevereiro veio prever a possibilidade de centros eletroprodutores eólicos abrangidos pelo regime remuneratório previsto nos termos do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, na redação aplicável antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de fevereiro, poderem aderir a um regime remuneratório alternativo durante um período adicional de cinco ou sete anos após o termo do período inicial de remuneração garantida.

A adesão dos mencionados centros eletroprodutores eólicos ao regime remuneratório alternativo pressupõe o pagamento de uma compensação anual ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) entre 2013 e 2020. O referido diploma estabelece que o pagamento desta compensação deverá ser efetuado em 12 prestações mensais, salvo para o ano de 2013 para o qual se define que o pagamento deverá ocorrer em prestações mensais no segundo semestre do ano.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de fevereiro, cada prestação deverá ser paga nos primeiros 10 dias de cada mês a que reporta, sendo os aspetos associados ao pagamento destas compensações objeto de regulamentação pela ERSE.

O Regulamento de Relações Comerciais do setor elétrico (RRC), aprovado pela através do Regulamento n.º 468/2012, de 12 de novembro, estabelece, no seu artigo 75.º, as obrigações para o comercializador de último recurso no que respeita à aquisição da produção em regime especial. O artigo 76.º do mesmo regulamento estabelece as obrigações de informação a respeito da produção em regime especial.

Em consequência, tendo em conta a regulamentação em vigor referida no Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de fevereiro, aplica-se à presente Diretiva o Regulamento de Relações Comerciais, não carecendo de parecer do Conselho Consultivo ou do Conselho Tarifário.

Nestes termos,

Ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º, no artigo 7.º, na alínea s) do artigo 8.º, na alínea b) e c) do n.º 2 do artigo 11.º, do artigo 14.º, do n.º 5 do artigo 21.º e no artigo 31.º dos Estatutos da ERSE, anexos ao Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 212/2012, de 25 de setembro, do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, bem como nos artigos 74.º e 75.º do Regulamento de Relações Comerciais, aprovado pelo Regulamento n.º 496/2011, de 19 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento n.º 468/2012, de 12 de novembro, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos delibera o seguinte:

1. Aprovar as regras de faturação e pagamento das compensações pelos centros eletroprodutores eólicos que optem por ser abrangidos pelo regime remuneratório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, nos termos do Anexo à presente deliberação, que dela é parte integrante.
2. Determinar que as regras faturação e pagamento das compensações a que se refere o número anterior entram em vigor no dia seguinte ao da publicação desta Diretiva.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

12 de junho de 2013

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Vitor Santos

Dr. Ascenso Simões

Dr. Alexandre Silva Santos

**ANEXO**

**Regras e procedimentos para o pagamento de compensações por centros eletroprodutores eólicos abrangidos pela aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro**

**Artigo 1.º**

**Âmbito**

As presentes regras e procedimentos destinam-se a operacionalizar o pagamento das compensações a que se refere o Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, em sequência das disposições aplicáveis à compra e venda de energia elétrica de produção em regime especial definidas no Regulamento de Relações Comerciais.

**Artigo 2.º**

**Entidades abrangidas**

São entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação das presentes regras e procedimentos as seguintes:

- a) O comercializador de último recurso em Portugal continental, no âmbito da função de compra e venda de energia elétrica da produção em regime especial identificada na alínea b) do n.º 2 do artigo 71.º do Regulamento de Relações Comerciais.
- b) Os centros eletroprodutores eólicos que optem por ser abrangidos pelo regime remuneratório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, de acordo com a comunicação efetuada nos termos do mesmo diploma legal.

**Artigo 3.º**

**Obrigações relacionadas com as compensações**

1. Constitui obrigação dos centros eletroprodutores eólicos que optem por ser abrangidos pelo regime remuneratório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro o pagamento das compensações anuais nele previstas, nos termos aí definidos e concretizados nas presentes regras e procedimentos.
2. Constitui obrigação do comercializador de último recurso receber dos centros eletroprodutores eólicos que optem por ser abrangidos pelo regime remuneratório introduzido pelo Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro os valores das compensações respetivas, aplicando as presentes regras e procedimentos.

**Artigo 4.º**

**Valor das compensações e das prestações**

1. O valor global da compensação anual, para cada centro eletroprodutor eólico é determinado nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, aplicado o valor do coeficiente de atualização definido no n.º 6 do artigo 5.º do mesmo diploma legal.
2. A compensação anual a que se refere o número anterior é paga em doze prestações mensais, exceto para o ano de 2013, em que a compensação anual será paga em seis prestações mensais a partir do mês de julho.
3. As prestações mensais podem incluir uma componente de ajustamento destinada a reconciliar valores anteriormente não cobrados e relativos à aplicação do coeficiente de atualização a que se refere o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, sempre que o valor da taxa de inflação, sem habitação, no continente, referente aos 12 meses anteriores ao da prestação a pagar não tiver ainda sido publicado.
4. Para efeitos de cálculo das prestações iniciais em 2013, enquanto não for conhecido o valor da taxa de inflação, sem habitação, no continente, referente aos 12 meses anteriores a julho, considera-se, provisoriamente, um coeficiente de atualização unitário.

## Artigo 5.º

## Prazos relativos às prestações

1. O prazo de pagamento das prestações mensais das compensações é de 10 dias a contar do primeiro dia do mês a que dizem respeito.
2. O comercializador de último recurso deverá apresentar a cada centro eletroprodutor eólico abrangido pela aplicação das presentes regras e procedimentos, até 10 dias antes do final do mês anterior ao que a prestação diz respeito, o valor da prestação respetiva, explicitando os valores que dizem respeito a esse mês e os que existam título de ajustamento de meses anteriores.

## Artigo 6.º

## Mora e incumprimento

1. O não pagamento dentro do prazo estipulado para o efeito constitui o centro eletroprodutor eólico em mora.
2. No caso de mora superior a 60 dias no pagamento do valor das prestações mensais das compensações, considera-se verificada uma situação de incumprimento definitivo, pelo que se aplica a lei em vigor sobre os regimes remuneratórios alternativos para o período adicional aos produtores em regime especial.

## Artigo 7.º

## Obrigações de informação

1. O comercializador de último recurso deverá informar o centro eletroprodutor eólico, na apresentação da prestação mensal subsequente à sua publicação, o valor da taxa de inflação, sem habitação, no continente, referente aos 12 meses anteriores.
2. O comercializador de último recurso deve enviar à ERSE, mensalmente e até ao final do mês a que respeita, a seguinte informação relativa a compensações e respetivas prestações:
  - a) O valor das prestações mensais liquidadas pelos centros eletroprodutores eólicos, desagregado por centro eletroprodutor abrangido.
  - b) O valor da potência instalada de cada centro eletroprodutor abrangido considerado para efeitos de cálculo da compensação anual e respetivas prestações mensais.
  - c) O valor das prestações mensais em situação de mora, desagregado por centro eletroprodutor abrangido e nesta situação.
  - d) O valor das prestações mensais em situação de mora há mais de 60 dias, desagregado por centro eletroprodutor abrangido e nesta situação.
3. O comercializador de último recurso deve ainda enviar à ERSE, até 31 de março do ano seguinte àquele a que se refere, um relatório que inclua, entre outra, informação relativa ao valor global de compensações anuais efetivamente recebidas de centros eletroprodutores eólicos abrangidos, o valor dos incumprimentos registados no ano e a potência instalada relativa a ambas as situações de cumprimento do pagamento das compensações.